

# Contaminação não foi a primeira

TONINHO TAVARES - 04/01/2002

## Secretário de Saúde diz que em 1995 houve outro caso, não divulgado

GUILHERME QUEIROZ,  
JORGE EDUARDO ANTUNES  
E LENILTON COSTA

A contaminação de uma menina de dois meses pelo vírus da Aids numa transfusão de sangue feita no Hospital Regional da Asa Sul, em 2001, não é a primeira ocorrida no DF. Ontem, ao comentar o fato, o secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, revelou que houve uma ocorrência anterior. "O sangue responsável pela contaminação estava dentro da janela imunológica. Foi uma fatalidade. Mas esse não é o primeiro caso. Em 1995 houve outra contaminação, que não foi divulgada", disse, sem dar mais informações sobre o fato.

No caso da menina, um teste mais preciso poderia evitar a contaminação. A Técnica de Amplificação dos Ácidos Nucleicos (NAT) para detecção do HIV, disponível no Brasil desde 2001, não foi adotada nacionalmente por questões burocráticas e limitações orçamentárias.

Embora a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha recomendado sua adoção na Portaria 262/2002, datada de 5 de fevereiro de 2002, o exame segue sendo feito nos serviços de hemoterapia do País pelo método Elisa.

Utilizado pelo Hemocentro de Brasília, o Elisa detecta a ação de anticorpos em amostras infectadas. No teste, a janela imunológica (tempo necessário para o organismo produzir anticorpos que combatam o vírus da Aids) é de 22 dias. Nesse período, segundo técnicos em hematologia, as amostras darão resultado negativo, mesmo que o doador tenha sido contaminado.

No NAT, que também detecta o vírus da Aids, a janela cai para 11 dias. "O teste não depende do tempo da janela imu-

nológica. Depende da quantidade de cópias do vírus no sangue", comenta um especialista paulista. A eficiência do teste é confirmada pelo chefe do Serviço de Coleta do Hemocentro de Brasília, Luciano Flores. "O NAT é um método precoce, que detectaria a doença num tempo mais curto", comentou.

A adoção do NAT esbarra na burocracia. A Portaria 262/2002 determinava que até 1º de agosto de 2002 os hemocentros deveriam utilizar o NAT para testes em amostras de sangue dos doadores. Entretanto, alegando que apenas nove centros públicos haviam se capacitado para fazer os testes, a implementação foi adiada para 1º de fevereiro deste ano. Em janeiro, a Anvisa dilatou o prazo e estabeleceu fevereiro de 2004 como limite para a adequação dos serviços de hemoterapia ao teste.

Em entrevista ao Jornal de Brasília no dia 25 de março deste ano, o presidente da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, Dante Langhi, defendeu uma solução rápida para o problema. "É uma

questão simples de execução e que deve ser tomada pelos administradores da saúde pública. O sangue com o NAT é mais seguro do que o sangue sem NAT", disse à época.

De acordo com Beatriz MacDowell, gerente-geral de Sangue, Outros Tecidos e Órgãos da Anvisa, a testagem das 3 milhões de doações anuais feitas no Brasil custa cerca de US\$ 4,5 milhões. Com o NAT, ela prevê que o gasto aumentaria dez vezes.

Ela disse ainda que as dilatações no prazo foram causadas por estudos pedidos por especialistas em hematologia, que contestaram a eficiência do teste. Ela informou que a implantação do NAT acontecerá de forma gradativa até fevereiro de 2004.

**"O NAT é um método precoce que detectaria a doença num tempo mais curto"**

**Luciano Flores,**  
chefe do Serviço de Coleta do Hemocentro de Brasília



O sangue doado no DF é submetido ao teste de Elisa, que tem janela imunológica de 22 dias

## A CONTAMINAÇÃO DE UMA INOCENTE

Filha de um casal humilde, a menina infectada pelo vírus da Aids numa transfusão em 2001 nasceu há dois anos com um problema no fígado. Com as vias biliares entupidas, sintoma do mal maior, precisou ser operada. O frágil corpo, com pouco mais de dois meses, necessitou de sangue e recebeu 14 transfusões, de 11 doadores diferentes. Um deles tinha o vírus da Aids. A descoberta da contaminação aconteceu em maio, na cidade de São Paulo, onde ela fazia

testes para realizar um transplante de fígado. Fora da fila e com a possibilidade de vir a desenvolver a doença, ela luta pela vida junto com os pais, que querem uma explicação. "Tudo é muito vago. Ninguém nos disse nada e se não fosse o Ministério Público, ninguém teria feito nada por nós", reclama o pai da menina, que falou ao telefone, rapidamente, com o Jornal de Brasília. Aguardando o resultado de exames, ele pede justiça. "Quero a punição de quem fez isso com minha filha", diz.